

//

4º DISTRITO

A PARTIR DO OLHAR DOS ATORES SOCIAIS NO BAIRRO FLORESTA

VANESSA MARX
ORGANIZADORA

4º DISTRITO

A PARTIR DO OLHAR DOS ATORES SOCIAIS NO BAIRRO FLORESTA

VANESSA MARX
ORGANIZADORA

© dos autores
1ª edição: 2022

Direitos reservados desta edição:
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Coleção CEGOV
Transformando a Administração Pública

Revisão: Tatiana Weber Mallmann

Projeto Gráfico: Joana Oliveira de Oliveira, Liza Bastos Bischoff, Henrique da Silva Pigozzo

Capa e diagramação: Liza Bastos Bischoff

Apoio: Reitoria UFRGS e Editora UFRGS

Os materiais publicados na Coleção CEGOV Transformando a Administração Pública são de exclusiva responsabilidade dos autores. É permitida a reprodução parcial e total dos trabalhos, desde que citada a fonte.



Q1 4º Distrito a partir do olhar dos atores sociais no Bairro Floresta [recurso eletrônico] / organizadora Vanessa Marx. – Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2022.
124 p.: pdf

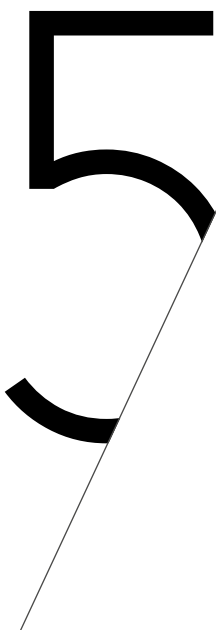
(CEGOV Transformando a Administração Pública)

1. Ciências Sociais. 2. Sociologia. 3. Atores sociais. 4. Administração pública. 5. Cultura. 6. Economia criativa. 7. Governança urbana. 8. Cidades. 9. 4º Distrito – Bairro Floresta – Porto Alegre. I. Marx, Vanessa. II. Série.

CDU 316.334.56:35

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-65-5725-068-6



DIREITO À CIDADE E RELAÇÕES DE PERTENCIMENTO COM O BAIRRO FLORESTA A PARTIR DO OLHAR DOS COLETIVOS, MOVIMENTOS E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

SOFIA NAZARIO

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS. Participa do Grupo de Pesquisa Estudos sobre aprendizagem INventiva, saberes NÔmades, devires MInoritários, cognição eNativa e Artesanias docentes (INOMINAAR/PPGEDU/UFRGS) e no Grupo de Pesquisa Sociologia Urbana e Internacionalização das Cidades (GPSUIC /IFCH/UFRGS).

GABRIELLE ARAÚJO

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS e integra o Grupo de Pesquisa Sociologia Urbana e Internacionalização de Cidades (GPSUIC/UFRGS).

MARIANA CASTILHOS

Graduanda no curso de Arquitetura e Urbanismo da UFRGS. Integra o Grupo de Pesquisa Sociologia Urbana e Internacionalização de Cidades (GPSUIC/UFRGS).

VANESSA MARX

Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS, coordenadora do Grupo de Pesquisa Sociologia Urbana e Internacionalização das Cidades (GPSUIC) e coordenadora do Observatório das Metrôpoles – Núcleo Porto Alegre.

5.1 INTRODUÇÃO

Este capítulo busca mostrar como representantes de movimentos sociais, organizações e coletivos, nesta pesquisa, e em sua diversidade, se manifestam em relação à existência e liderança no território onde vivem, resistem às transformações e impactos da agenda urbana recente dentro dos projetos em curso para o 4º distrito, do qual faz parte o bairro Floresta. Os processos de reestruturação na região resultam de projetos de reurbanização, como o Porto Alegre Resiliente (2016), o Masterplan (2016) e seu recente desdobramento, o Programa +4D, os quais, através de parcerias público-privadas, por meio de benefícios fiscais, buscam implementar projetos “inovadores” para o bairro, ligados à construção de polos gastronômicos, fomento da economia criativa e expansão do mercado imobiliário.

Nos projetos mais recentes, estão previstas também melhorias importantes para a infraestrutura na região, como obras viárias, de drenagem e de saneamento básico. Contudo, há um estado de vigília e insegurança sobre o cumprimento na realização destas obras, frente à sobreposição do interesse do capital privado aos interesses públicos, já que um dos objetivos principais dessas parcerias seria a criação de empreendimentos que tenham como enfoque um novo potencial público de moradores e consumidores, que, na maior parte das vezes, não contemplam os moradores que já residem no território. Estes novos espaços consistem na abertura de novos bares, restaurantes, espaços de *coworking* e ateliês de artes plásticas.

O mais recente plano de Regeneração Urbana para o 4º Distrito de Porto Alegre, o +4D, que foi iniciado em 2021, está sendo elaborado pela atual gestão municipal. Este plano tem, dentre as suas propostas, a alteração de normas urbanísticas da região, visando promover uma densificação em áreas específicas do 4º Distrito. Uma das alterações consiste em conceder descontos ou até isenções totais no valor de compra do solo, criado para empreendimentos que atendam a alguns requisitos, estipulados pelo projeto, ligados à preservação do patrimônio histórico e valorização da paisagem urbana (Weber, 2022). O solo criado é um instrumento descrito no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA), que permite que uma edificação possa ser construída além do limite pré-estabelecido para aquele lote, mediante pagamento ao município. Ou seja, em determinadas áreas, novas edificações poderão ser isentas de pagamento para construir além do limite.

Além disso, o +4D também salienta o caráter de entretenimento e turismo no território e nomeia regiões como “quadrilátero do entretenimento”, um circuito de novos bares, além da “Alameda da Cultura”, ligada ao distrito criativo do bairro

Floresta. Outras medidas buscam a revitalização de espaços, como diversas ruas e avenidas, como a Avenida Farrapos. O rápido avanço do projeto +4D, que está previsto para ser finalizado ainda em 2022, unido ao apoio de financiamento internacional e à lógica de empreendedorismo, aponta para o impulsionamento de uma nova dinâmica na região para os próximos anos.

Ressaltamos que, neste capítulo, os atores sociais entrevistados manifestam em suas falas elementos que convergem para o conceito de direito à cidade, como o direito à vida urbana e à moradia, o direito a ser parte do bairro Floresta e do território do 4º Distrito. Consideramos que estes antecedentes não podem ser apagados, pois são construções simbólicas de pertencimento ao lugar.

A partir da relação com o direito à cidade, neste capítulo final do livro buscamos abordar os possíveis desdobramentos da nova dinâmica para os atores dos movimentos sociais, organizações e coletivos e suas percepções sobre estes processos. Para isso, em um primeiro momento, trataremos sobre o sentido de pertencimento e vínculos com o bairro para estes atores sociais. Em um segundo momento, descreveremos as relações que são estabelecidas através das redes que são formadas a partir do território e relação com agentes externos. E, em um terceiro momento, as perspectivas de futuro sobre o bairro. Por último, buscaremos retratar, nas considerações finais, alguns aspectos que consideramos importantes, como síntese do que desenvolvemos ao longo do capítulo.

5.2 O PERTENCIMENTO E OS VÍNCULOS DOS ATORES SOCIAIS COM O BAIRRO FLORESTA

O histórico do bairro Floresta diz muito sobre a formação de um bairro industrial. Se hoje a classe trabalhadora precisa lutar para garantir seu direito em permanecer no bairro, no final do século XIX a região do Floresta se constituía a partir dela, sendo um bairro industrial e também uma vila operária,

Essa antiga região portuária que estende seus braços até o centro da capital divide o seu espaço com estrangeiros de diversas etnias que aportavam atraídos pelo crescimento da cidade e pelas oportunidades que oferecia. Ela se modificou intensamente a partir do início do século XX com o processo de industrialização, quando as chaminés tomaram lugar das antigas chácaras principalmente nos ramos de alimentação, metalurgia e têxtil (Titton, 2012 apud Marx, Araujo, Silva, 2018, p. 2077).

Nesse período, as residências eram, em sua maioria, casas em fita (estreitas), e de vilas operárias próximas às indústrias que ali se encontravam na época, como a Fundação Berta, as fábricas de Cerveja Cristoffel e Ritter, a Cia Fiação e Tecidos Portoalegrense – Fiaterci –, a Cia Fabril Portoalegrense, a fábrica de pregos Pontas de Paris, a fábrica de Móveis Vergados João & Walter Gerdau, a de fogões Wallig, o moinho Riograndense e o moinho Chaves, além das fábricas Renner e chocolates Neugebauer. Havia, ainda, a presença de diversos armazéns devido à proximidade do porto. As moradias para classe trabalhadora ocasionaram uma propagação de loteamentos irregulares e habitações precárias no entorno das fábricas em razão da grande quantidade de pessoas que vinham de outros estados, consequência do êxodo rural da década de 40 e 50 no estado (Marx; Araujo; Silva, 2018).

Esta descrição da formação do bairro converge com a fala do entrevistado E11: “O bairro Floresta, ele foi constituído por imigrantes. Acho que muitos deles agora são nacionais, né, mas há anos atrás, nos 40, 50, 60... vieram os imigrantes que se estabeleceram aqui” (E11). O entrevistado ressalta ainda que seu coletivo acolhia os necessitados, dando apoio material e espiritual aos imigrantes que chegavam a Porto Alegre.

Atualmente, a atuação junto à população imigrante permanece, sendo um dos vínculos principais deste ator social com o território, pois até os dias de hoje a região recebe altos fluxos de imigrantes. A atuação desse coletivo se dá através da prestação de assistência por meio de projetos que buscam garantir o exercício dos direitos civis e sociais aos imigrantes, baseados no compromisso com os direitos humanos, além de outras ações, como o auxílio à moradia e atividades culturais. Entretanto, uma das principais ações prestadas é a inserção dos imigrantes ao mercado de trabalho, através da oferta de capacitação profissional e também do auxílio à conexão entre empresas e àqueles que procuram por empregos.

Na década de 1970, inicia-se o processo de suburbanização e, com a ampliação da malha viária, como o Trensurb, as indústrias foram transferidas para regiões mais afastadas da área central. De acordo com Marx, Araujo e Silva (2018), esse processo gerou o esvaziamento rápido da área, semelhante às tendências que ocorriam em outros cemitérios industriais de diversas cidades do mundo, como em Detroit, nos Estados Unidos.

Portanto, apesar da atmosfera e da identidade do bairro permanecerem, com o desinteresse do capital em seguir investindo na área, a região do 4º Distrito subitamente ficou com aparência de abandono. No entanto, um bairro não se caracteriza apenas pela sua aparência estética ou geográfica, mas também e, principalmente, pelos sujeitos que ali vivem e o constroem. Apesar do discurso vigente sublinhar a falta de vida na região, o bairro nunca perdeu sua identidade,

como colocado pelo/a entrevistado/a E14, “os técnicos... só pegam as medidas, não enxergam que já tem gente morando ali”.

A partir dos relatos que costuram este capítulo, foi possível observar que a perspectiva adotada nos novos projetos de reestruturação do bairro, baseados na economia criativa, inovação e empreendedorismo urbano, não dialogam com as já existentes na economia local, a qual se fundamenta no eixo da reciclagem, a partir de uma rede de trabalho entre papeleiros, carrinheiros e catadores de materiais recicláveis. Estes atores sociais buscam a geração de emprego e renda como demonstra o E15, sendo que possibilidade de sustento ocorre, majoritariamente, a partir da reciclagem:

Surgiu a possibilidade de eu trabalhar com a reciclagem, tinha uma reciclagem de trabalhar embaixo do viaduto da conceição que se chamada novo cidadão era um projeto da pastoral operária e do Banco do Brasil e organizamos uma associação de moradores de rua e se chamava novo cidadão e eles se organizaram para fazer um empreendimento de reciclagem que até então eles traziam seu material nas costas, [...]e a gente fez um parceria entre catadores, no final de semana e terem atividades e mais tarde até poderem estar ali e não usar drogas, [...] A reciclagem veio pra ali, eu era empreendedora, eu vim da economia solidária, eu milito na economia solidária desde 2001, participei da primeira conferência, desde a primeira conferência mundial, tem prática, de novas redes, de novas práticas, de sustentabilidade, de consumo consciente.

No Brasil, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, representa um importante marco para a valorização da reciclagem, já que busca a sua promoção com vistas à inclusão social dos catadores. Em relação à soma de catadores existentes no país, conforme o cadastro do Programa Bolsa Família, do Ministério do Desenvolvimento Social, verifica-se a existência de “[...] mais de 800 mil pessoas cadastradas como catadores [...]” (Gonçalves, 2012, p. 41). Os vinculados a cooperativas, segundo Gonçalves (2012, p. 41), são “[...] cerca de 30 a 35 mil cooperativados no país, os quais saíram do estágio da miséria para um para o patamar de um salário-mínimo [...]”.

Todavia, “grande parte das cooperativas ainda não conta com a estrutura necessária para comercializar diretamente com a indústria, sendo obrigadas a vender para organizações intermediárias da cadeia, o que compromete seus ganhos [...]” (Demajorovic; Lima, 2013, p. 73). Mesmo sendo uma profissão ainda pouco valorizada, sua relevância socioambiental é fundamental na gestão dos resíduos e no debate sobre a coleta do lixo nos grandes centros urbanos. Como apontado por E17,

[...] o papeleiro, que ele é um pequeno ambientalista, [...] eu defendo o carrinheiro, porque tu nunca viu uma manchete de jornal que um papeleiro roubou, ou que o papeleiro fez isso ou aquilo, já aconteceu do carrinho.. fa-

lha.. um ladrão se aproveitar do carrinho, já aconteceu, mas não foi o papelero, por exemplo, o papelero é uma pessoa que se tu chegar pra ele e der um sorriso, porque muitas pessoas chegam, assim, humilhando, quando chega num papelero ele fica, assim, de guarda, se tu der um sorriso ele se derrete todo.. quer dizer que somos um povo carente, pelo trabalho que a gente faz, mas eu acho que é um trabalho gratificante, porque sustentamos as nossas famílias, nossos filhos no colégio, não nos falta nada.

Para E17, também foi um obstáculo, no início, vencer o preconceito e compreender a importância da reciclagem como instrumento fundamental de geração de renda,

Eu entrei aqui na vila por falta de condições de trabalho. Eu tinha dois guris que trabalhavam aqui na vila.. e eu recriminava eles, “bah, o que vocês querem puxando lixo”.. e eles diziam.. “bah, mas dá dinheiro”. Daí um dia me faltou trabalho e renda, e eles me disseram para eu ir para dentro da vila e eu comecei a trabalhar na vila e aí eu vi que o lixo.. o lixo era renda. Daí eu entrei e vim para cá... a gente começou a se mobilizar como... para dar uma melhor vida para o pessoal aí, e começamos a fazer a luta pela moradia e pelo bem-estar, quer dizer.. hoje a vila para mim ela é colírio para os meus olhos.

A maior parte das entrevistas colocam como central a tentativa de criação de uma vida sustentável, em que se possa articular moradia, trabalho e acesso a bens e serviços. Todavia, é apontada por E16 a ausência de projetos educacionais, ligados aos centros de reciclagem, por exemplo, o que poderia aumentar a qualificação e a possibilidade de sustento,

Aí nós vamos tá entrando num outro problema, é o problema da questão educacional da rede. E nós não podemos deixar. E quando eu falo em educação, não tô falando só de escola, eu tô falando dos processos. Vamos dizer assim, seriam evolutivos pra nós, né? Que é poder trabalhar, poder melhorar. Os galpões de reciclagem, toda a região aqui não recebeu verbas, praticamente para nada.

Na perspectiva do/a entrevistado/a E16, é ressaltada a importância de coletivos que prestam assessoria e serviços básicos à parte da população do bairro que é invisibilizada: “Moradores de rua, as prostitutas, os travestis, enfim, toda uma gama de população que é, vamos dizer assim, é esquecida e está fora do convencional, nós acabamos tendo uma proximidade, uma construção aí coletiva junto.” Destaca-se que o E16 possui vínculo com o Floresta a partir de sua atuação em duas instituições sociais, que estão inseridas no bairro.

Neste mesmo sentido o E10 manifesta a vontade de defender questões referentes ao direito à moradia. Sua atuação se estabelece através da defesa de grupos vulnerabilizados que sofrem com despejos e conflitos nos territórios: “O coletivo surge daí, surge muito focado nos direitos humanos, numa questão crítica dos di-

reitos humanos” (E10). Atualmente, E10 desenvolve relações de proximidade na região, principalmente com os núcleos que se articularam através do Fórum 4D. O coletivo estabeleceu-se no território pela relação com as pautas que estavam sendo abordadas na época, como grandes obras que estavam sendo construídas no território e seus impactos na vida urbana: “Ali no 4D e a gente escolheu o tema e o tema nos colocou ali na entrada da cidade e quando a gente começou a entrar nesse universo vieram todas as demandas daquele território relacionadas à moradia” (E10).

O entrevistado E12 se instalou no bairro devido às características da região e por ter uma localização mais centralizada em relação à cidade, o que confere maior facilidade para realizar deslocamentos e acessar a sede. Além disso, E12 relata: “Então, o coletivo nunca quis sair daqui, porque achava que aqui ainda morava muita gente e não era simplesmente o lugar de hotéis e escritórios”. Assim, esse coletivo, ao longo de sua história, estabeleceu vínculos com o território, principalmente através do caráter educacional e de realização de eventos junto à comunidade que vive ao seu redor e, por isso, exerce forte envolvimento com o bairro. O entrevistado relatou que teve atuação na organização de grandes eventos anuais ocorridos no Floresta e também trabalha através de caráter assistencialista com grupos vulnerabilizados. Ademais, apoiou reuniões de moradores e consultas públicas ocorridas para tratar assuntos referentes a grandes empreendimentos imobiliários, segurança pública e meio ambiente. Por fim, também possui boa relação com associações de bairro e representantes de indústrias e comércios da região. Sobre uma dessas reuniões, E12 afirma: “Então, vieram as autoridades, tudo mais. E o povo aqui da redondeza, do 4º Distrito, interessado, participava dessas reuniões. Eu também fui sempre muito ligado com, e por isso também com a associação do Bairro”.

Dentro do grupo de coletivos, um dos atores estabelece vínculos com o bairro através de atividades culturais. Este coletivo nasce através da percepção da necessidade de haver uma entidade com o perfil ligado às identidades negras na cidade, e oferece aulas e trabalha na realização de oficinas, além de sediar uma biblioteca comunitária.

A gente falava daqueles territórios ali da Redenção, Rio Branco, meu pai, minha mãe, né? Também contavam essa história pra gente, né? Então, pra nós era muito importante ficar naqueles territórios ali (E9).

O coletivo descrito por E13 começa seu relato falando sobre a luta contra a violência institucional, durante a ditadura militar, sofrida por mulheres trabalhadoras do sexo. Sendo assim, hoje, este coletivo estabelece vínculos com o território através de projetos de proteção contra violências e também na conscientização sobre cidadania e proteção contra infecções sexualmente transmissíveis. Alguns destes projetos são realizados principalmente na Avenida Farrapos e também em

ruas próximas, como a Rua Garibaldi e Avenida São Carlos. Outras ruas mencionadas na entrevista são a Rua Voluntários da Pátria e a Rua Hoffmann. Conforme relata E13, a motivação desta inserção no bairro ocorreu, na época, principalmente devido ao fechamento de boates e ao aumento de grupos de trabalhadoras do sexo nas ruas dentro da região do Floresta ou próximas ao centro:

E a gente tá falando aí também das questões que as boates começaram a ter menos mulheres e mais mulheres na rua nessa época. Então, não é que nem é hoje, ou há cinco anos atrás, que tinha uma mulher aqui, duas ali... Não, era grupos de mulheres, tanto é que na São Carlos [...] eu me lembro que esse povo que ficava na esquina eram seis mulheres só nessa esquina do lado de cá, entre a Farrapos e a São Carlos, bem na esquina da praça.

Os/as entrevistados/as nos mostraram uma forte relação com o bairro e sentimento de pertencimento, seja pelas festas de bairro, pelas questões de identidade, de luta por moradia adequada vinculada aos direitos humanos ou de resistência, ou seja, para ter um trabalho digno. São vivências que demonstram o vínculo com o bairro Floresta, que são retratados em seu território e em suas ruas e avenidas.

Dessa maneira, na medida em que distintas classes sociais disputam e coabitam um mesmo território, há tensões e conflitos que permeiam o cotidiano destes sujeitos. Tendo em vista uma perspectiva excludente e segregadora, a relação destes agentes com a vizinhança, muitas vezes, atravessa as relações no bairro. Para E14, são várias questões que compõem e que complexificam a relação com a vizinhança:

Para as pessoas, por exemplo, que não conhecem o projeto, né, [...] vem trazer pro território do 4º Distrito olha um prédio abandonado, que não tem pintura, não tem acabamento, é uma obra abandonada por cinquenta anos, e é essa visão que a maioria das pessoas que passam na frente acaba carregando, né? Só aqueles que têm a oportunidade de ouvir ou tem o interesse de conhecer de fato o que significa conseguem mesmo compreender.

Pelo que foi relatado, poucos moradores do bairro estão abertos para o diálogo e, mais do que isso, em algumas ocasiões, estão mais dispostos a promover embates e ações violentas, não apenas na dimensão física, mas simbolicamente também, como este ataque cibernético relatado pela E14:

[...] Em que alguém tirou uma foto do prédio, colocou numa página, não me lembro o nome agora, se era socialista de iPhone, uma coisa assim, porque tinha umas antenas da Sky que nem funcionam [...] E aí teve essa questão aí na internet né? De os caras ter comentários, tipo assim "ah, bando de vagabundo, não sei o que, tem antena da Sky" e que "ah, vamos fazer uma vaquinha pra comprar umas bombas e explodir e matar todos esses vagabundos" e esse tipo de coisa já aconteceu.

O E16 reforça como é evidente o preconceito da vizinhança com o trabalho dos carrinheiros, dos papeleiros e dos catadores, considerado um trabalho desprezível ou até mesmo desonesto:

No contexto geral, como aqui é considerada cracolândia de Porto Alegre, nós temos a consciência que se é muito mal visto [...] eu lembro da primeira reunião que eu fui convidado a participar, da associação X dos moradores, era muita agressão, não era agressão física, mas era agressão moral [...] pelo fato dos moradores daqui estarem, seguidamente, pegando material do lixo, são muitos desprezados, são muito discriminados, então, é um preconceito extremamente violento.

Para além disso, o acesso aos serviços na região foi permeado por alguns obstáculos, destacando a discriminação e a intolerância de algumas instituições, de acordo com E14:

A própria percepção do diálogo com as escolas, a dificuldade de acesso à educação infantil, creche, né? Então a gente vivencia tudo isso, afeta saúde, né? [...] É muito complexo, assim a gente que vem de um território de periferia estar ocupando um território no centro... tem várias questões culturais, tem várias questões subjetivas, tem várias questões aí de construir uma outra ideia, né?

Já na situação do/a E15, a relação com a vizinhança é de uma outra ordem, por estar localizada mais distante do Moinhos de Vento e próximo à Avenida Farrajos. A proposta de estar neste território é ser um centro de referência que oportunize trabalho e auxílio para usuários de drogas, como apontado por E15, “Eu vim sabendo para onde eu estava vindo. Não é como se eu acabei caindo aqui, eu vim para a Voluntários da Pátria porque eu queria fazer redução de danos”. Ainda em relação aos conflitos no território, o entrevistado E13 afirma:

Exatamente com a associação de moradores, a gente já ouviu falar, através... eu escutei isso através das gurias, que eles tinham uma questão que eles queriam tirar aquela, aquela prostituição dali, entendeu? Então eu acredito que estavam fazendo um movimento de assinatura. Na época eu me lembro que estavam fazendo um abaixo-assinado.

Além disso, E13 relata que os conflitos vividos entre esse coletivo e outros grupos que vivem ou investem na região poderiam ter relação com a “desvalorização” financeira da região:

A São Carlos ficou mal vista por causa da prostituição, entendeu? Daí os imóveis, com certeza, baixavam o valor devido a essa questão da prostituição, entendeu? Então, a prostituição, ela sempre foi enfiada dentro dum saco muito ruim, assim, sabe?

Já o/a entrevistado/a E9, apesar de estar estabelecido em uma área próxima ao bairro Moinhos de Vento, o chamado “Alto Floresta”, nesta pesquisa revela

certo isolamento do grupo dentro do território, pois este coletivo não estabelece relações com outros agentes próximos ou com interesses comuns dentro da região. Além disso, o público que frequenta a iniciativa não necessariamente provém do bairro, segundo E9:

Não tem uma relação dinâmica, assim, tipo, a associação de moradores, a gente sabe que tem um jornal ali, um jornalzinho, né? Mal e mal a gente se comunica com o Vila Flores. Eles nos chamam para ir lá, mas nunca vão lá. Então, por isso que eu falei que há uma relação, assim, que não tem mão dupla, né. Então, a gente também entende isso, acho que, eu acho que a gente já é acostumado com esse tipo de coisa, se a gente quer estar num lugar a gente se coloca e pronto, né?

O/a entrevistado/a E10 possui relações também com os carrinheiros e galpões de reciclagem, e comenta suas percepções sobre os impactos das novas tecnologias sobre a dinâmica de trabalho:

Esse movimento da economia criativa, essa coisa da *startup*, essa coisa financeira que tá rolando, essa coisa que está na moda... os galpões de reciclagem estão sentindo, né, estão sentindo, [...] agora tem os aplicativos, e tem umas *startups*, e o governo passado que era mais ligado nessas coisas, eles estão conectando quem produz o lixo com quem quer o lixo e isso tá tirando, né... tudo nessa lógica do APP da facilitação, do dinamismo, e isso tira do mercado os galpões de reciclagem, tira completamente o pessoal dos carrinheiros, isso é macro.

Para E17, existe uma boa interação com a vizinhança local, pois considera que o trabalho dos carrinheiros no bairro é importante e digno. E17 menciona também que os moradores do loteamento possuem um papel de proteger o entorno da violência externa:

Todo mundo cumprimenta os carrinheiros quando passam, quando passam ali, eles tratam bem os carrinheiros, porque eles sabem que as pessoas que estão puxando um carrinho, ela está trabalhando e todo o trabalho é digno e quer dizer que.. o pessoal não tem queixa dos carrinheiros e outra, as casas ali são cuidadas, se eles ver um... um elemento estranho ali, a nossa vila, eles já ficam o que está fazendo aí.. o que tu quer aí.. o pessoal daqui, a própria vila cuida o entorno.

O E17 identifica ainda uma interação cordial com comerciantes da região, cita a existência de diversos apoiadores sociais e que possui interligação com associações de outros bairros relacionadas à reciclagem. Contudo, E17 também relata algumas situações de conflito, relacionadas ao preconceito e discriminação do loteamento: “o meu povo aqui é discriminado pelo trabalho que faz”.

Porque tudo que acontece no entorno dizem é ‘lá na vila’ que é aqui a gente é considerado ainda a Vila dos Papeiros, né? Embora sendo loteamento Santa Terezinha. Mas nos identifica como Vila dos Papeiros.

Consideramos importante que a relação de pertencimento e de vínculos com o bairro também passa pelas interações vividas, por exemplo, em relação à vizinhança e ao entorno de onde estes atores sociais se localizam ou estabelecem relações. Para uma melhor compreensão da correlação de forças que permeia a região, consideramos necessário ressaltar, novamente neste capítulo, o entendimento do posicionamento estratégico em que se situa o Floresta. O bairro localiza-se, geograficamente, entre a Rua Voluntários da Pátria, a Avenida Alberto Bins com a Cristóvão Colombo e a Benjamin Constant. Diferente dos outros que compreendem a região do 4º distrito: São Geraldo, Navegantes, Farrapos e Humaitá. O bairro Floresta está mais próximo do Centro Histórico e de uma das áreas mais valorizadas da cidade, o bairro Moinhos de Vento. Por isso, o Floresta é subdividido nesta pesquisa entre “Alto Floresta”, a parte mais próxima ao bairro Moinhos de Vento, tendo como referência a Avenida Cristóvão Colombo, marcada pela presença de artistas e empreendimentos de economia criativa, e o “Baixo Floresta”, região mais próxima na Avenida Voluntários da Pátria, nas proximidades do Centro Histórico, caracterizado pela presença de uma população com mais vulnerabilidade social, pequenos prestadores de serviço e estabelecimentos de comércio popular. Entre essas regiões, localiza-se a avenida Farrapos, sendo uma região de (des)conexão entre as áreas delimitadas como Alto e Baixo Floresta. Dentro das mudanças em curso no 4º distrito, o bairro Floresta é um dos mais disputados, tendo em vista sua localização privilegiada na região.



Fonte: José Luís Abalos Júnior. Acervo GPSUIC.

Durante a pesquisa, foi importante identificar estas distintas territorialidades expressas em “Alto” e “Baixo” Floresta para compreender as dinâmicas socioespaciais e os conflitos que têm permeado este território ao longo do tempo e que se atualizam a partir destes novos planos e projetos governamentais de revitalização. É na porção do “Baixo” Floresta, na qual se associam, de maneira generalizada, as questões mais graves de vulnerabilidade social, as quais os/as entrevistados/as possuem maior vínculo. As tensões entre estas áreas, que evidenciam a existência de uma segregação socioespacial, estão destacadas na fala do E16:

O bairro Floresta tem umas características que são próprias dele, então nós temos, por exemplo, na Cristóvão Colombo [...]. uma Associação X, mas que acaba sendo a Associação X aqui do bairro Floresta. E o bairro Floresta por ter tido toda uma história, uma trajetória antiga já social, ele ficou, principalmente, os moradores mais antigos ficaram com umas características guardadas, entre elas a questão de um pouco de vamos dizer assim, de orgulho, né, do bairro, então sempre teve, vamos dizer assim, atravessando aqui a Farrapos, a Farrapos para o lado da Castelo tem um entendimento, [...] depois o lado da Cristóvão tem um outro entendimento social, e o pessoal de esquina nunca aceitou muito, [...] nem um pouco, né, a população mais vulnerabilizada do lado de cá, então, tem essa dificuldade que ela é antiga, é assim, persistente. Então uma das questões que a gente fez ao longo desse tempo, foi tentar fazer essa aproximação.

Os projetos atuais de reestruturação urbana e econômica ignoram, em grande parte, diferenças e conflitos que existem no bairro, a partir de planejamentos que tratam a configuração socioespacial de maneira homogênea. Todavia, as mudanças em curso, que buscam transformar os antigos galpões industriais em empreendimentos comerciais e imobiliários criativos, modernos e atrativos, estão distantes de serem um processo inédito. Este movimento foi observado e registrado, pela primeira vez, em Londres na década de 60, pela socióloga Ruth Glass, processo que denominou de *gentrification* e que aparece na obra *London: Aspects of change* (1964), em que descreve e analisa as transformações observadas em diversos bairros operários em Londres. Este processo apresenta traços semelhantes com as transformações em curso no bairro Floresta.

Esta possível gentrificação do bairro Floresta estaria relacionada à percepção dos atores sociais na relação com o bairro no contexto atual às suas transformações em curso no momento presente. Desse modo, foi possível perceber, também, de que forma essas mudanças no bairro Floresta podem estar impactando a vida urbana destes grupos sociais. Por exemplo, o E11 analisa certas regiões do bairro como “decaídas”. Trata-se da região do “Baixo Floresta”, localizada entre a Av. Farrapos e a Av. Voluntários da Pátria. O território guarda as marcas do processo de desindustrialização ocorrido no final do século XX e se expressa fisicamente através de prédios abandonados, antigos galpões degradados e terrenos vazios.

Segundo E11, estas regiões que, na primeira metade do século passado, foram ocupadas por imigrantes, recentemente atraem novos imigrantes pelo baixo valor de aluguel. O entrevistado faz apontamentos, também, em relação ao aumento de população em situação de rua: “eu às vezes saio a caminhar, então, eu vejo que aumentou muito o número, desde o ano passado pra esse ano, aumentou muito o número de pessoas em situação de rua”.

A questão do patrimônio e da preservação histórica dos edifícios da região também foi uma questão importante para o E11. De fato, no bairro Floresta encontram-se várias edificações classificadas como Patrimônio Cultural. No Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, as edificações que compõem o Patrimônio Cultural são classificadas como Tombadas, Inventariadas de Estruturação ou de Compatibilização, sendo as duas últimas classificações as de maior número no 4º distrito. Essas classificações representam dispositivos de “controle” para a renovação desta área da cidade, pois possuem legislação específica para intervenções (Fernandes, 2014). Neste contexto, E11 diz:

E o bairro, assim, tem muito a oferecer, em questão histórica. Inclusive, tem casa aqui... são muito antigas, eu sempre falo aqui, se o brasileiro tivesse a mentalidade de um americano, ele ia explorar essas construções para fazer turismo, para fazer dinheiro. Porque aqui tem uma casa, há duas quadras, tem um estilo tão colonial, é só pintar, reformar, retocar e começar abrir para visitação.

Em contrapartida, na região do “Alto Floresta”, há um movimento crescente de instalação de empreendimentos imobiliários e de outros agentes, como artistas, gestores e idealizadores da formação de um distrito criativo nesse território (Marx; Araujo; Silva, 2020). Neste sentido, E9 comenta que sofreu com o aumento do preço do aluguel na região e recorreu ao apoio financeiro de terceiros para custear despesas. Neste contexto, as modificações socioespaciais em curso se refletem também em dificuldades que alguns atores sentem em permanecer na região:

Tem a discussão do 4º Distrito, então, essa região todo centro e é uma região que é o planejamento de crescimento da cidade, né? De desenvolvimento. Então, acho que seria bem importante para a gente tentar se manter lá, mas a gente sabe que isso vai ter um custo e esse custo vai subir, né? O que antes, em dois mil e doze, era uma zona esquecida. Já hoje, já não é mais.

A partir das entrevistas, percebemos como se encontra o bairro no presente. A partir do olhar de nossos entrevistados, vemos que a recuperação do bairro poderia gerar uma gentrificação que poderia excluir moradores da região e atores sociais com uma maior vulnerabilidade social. No ponto seguinte, passaremos a analisar as redes e relações que se estabelecem no/com o bairro e que necessariamente não são de vizinhança, mas que se estabelecem com agentes externos que têm algum tipo de vínculo com o território.

5.3 A FORMAÇÃO DE REDES, OS AGENTES EXTERNOS E AS RELAÇÕES COM O BAIRRO

No contexto da globalização e do neoliberalismo, segundo Neil Smith (2002), a gentrificação é a estratégia urbana generalizada do capital, no que se refere a projetos de renovação urbana e à promoção de projetos icônicos. Esses projetos favorecem a prática, essencialmente, dos agentes imobiliários que, ao realizarem empreendimentos de alto valor, aumentam os preços dos locais de comércio e de moradia do entorno, trazendo novos frequentadores para região, cujo poder aquisitivo é mais elevado. Deste modo, passa a ser interessante para o capital, em sua eterna busca por investimentos atrativos para a alocação de seus excedentes, investir nestas áreas por meio de processos de renovação ou revitalização para posterior venda a valores mais altos, apropriando-se do lucro oriundo do *rent gap* (Smith, 1987). O resultado deste processo, na maioria das vezes, é o aumento do custo de vida no bairro, dificultando a permanência dos antigos moradores do local. No relato de E16, seria possível observar uma tendência os processos de gentrificação e financeirização na região:

[...] na região toda aqui, nós tivemos muitas, mas assim, muitas transformações, muitas, muitas mudanças. Realmente [...] tem mudanças que foram mais simples e [...] mudanças que eu noto que foram mais, mais complexas, mudanças que passaram pela infraestrutura, né? Como um todo. E algumas estão aparecendo cada vez mais. Como por exemplo, a ocupação, até mesmo de prédios, que já estavam meio abandonados, por casas de shows. É casa de show, cervejaria, tem esses botecos, né? Então, aqui pertinho mesmo que o lugar que o pavilhão grande aí que era uma marcenaria antiga, agora se transformou num desses bares, assim, nesse estilo mais moderno né? De simplesmente reformaram, colocaram as mesas lá e tal. E esse é o problema, porque existe no plano diretor uma recomendação que fracassa entre turismo, seja cultura, etc e não se previu justamente atividade comerciais, como a dos carrinheiros, papeleiros. Então, esse é outro problema que vem. E tem também, é claro, essa questão toda que nós observamos aí, que é dos empreendimentos imobiliários. Então, para os empréstimos imobiliários, grandes, fortes, inclusive. Na voluntários, ali perto da [entidade que atua], nós tínhamos vários ali que foi tudo abaixo né? Casas e coisas foram abaixo, botaram abaixo e apareceram uns enormes de uns prédios. Então está tendo uma transformação.

Contudo, são mudanças que não se observam em todo território. Nas áreas mais periféricas do bairro, onde encontra-se uma situação de alta vulnerabilidade social, as mudanças não são tão perceptíveis. De acordo com E17,

Olha, eu estou sem conhecimento de projeto, eu sei que tem bastante. Mas eu não sei se eles só ficam no papel ou vão fazer, tinha um projeto aí de todo o bairro, pintar as ruas, né? Até a minha X que ficou fora do projeto,

eu cheguei em casa, por que que tão discriminando aí? Vamos pintar tudo porque a X não tá no mapa. Mas até hoje eu não vi pintado. Eles iam pintar os meios fios, né. Deixar bonita a X, mas eu não vi nada disso aqui agora.

[...] O bairro Floresta, assim ao meu entender, ele não está muito lembrado, não. Das reuniões que eu já tive aqui do 4º Distrito, eles só falam, falam, falam e nada acontece. Quer dizer, que fazem projeto, projeto, projeto e eu não vejo acontecer nada.

Dos raros momentos de escuta à população, E16 aponta para a dificuldade destes grupos em participarem das discussões dos projetos de reestruturação do bairro, já que não são oferecidas possibilidades de deslocamento até o local das reuniões, além da falta de disposição por partes destes atores em englobar estes sujeitos nos debates,

[...] claro que em alguns momentos foi muito, muito, até incômodo, porque lá pelas tantas marcavam uma reunião lá não sei onde, lá no hotel tal. E para o pessoal da população, mesmo convidado, ir participar era muito complicado. Muito complicado. “Ah, porque veio não sei quem da ONU consultora tal que tem que.. e aí?” O pessoal fica até constrangido, nós procuramos sempre ter uma representação em todos os caminhos. Mas repito, né? Que nessa questão acredito que ainda falta muito, não tem uma representação e se nós formos para a população, eu acredito que população no 4º Distrito tá praticamente desinformada desse processo.

A questão transversal para pensar o bairro Floresta hoje, portanto, situa-se no debate de quais moradores, efetivamente, terão o direito à cidade preservado frente às mudanças em curso. A partir de trechos das suas falas, observam-se quais as críticas aos projetos em curso, bem como quais horizontes são possíveis na busca de uma existência atravessada por uma vida digna e não precarizada. Como foi colocado por um do/as entrevistado/as E16:

Na primeira vez que eu fui na reunião que era pra tratar do 4º distrito, eu disse ué, mas apresentaram tudo e não apresentaram nada ao mesmo tempo. “Por quê?” Não é possível que não apareceu nenhum empobrecido, hein? Não tinha nada, nada, nada, para as pessoas de baixa renda [...] Eu disse, a primeira coisa, você tem que fazer, é tornar visíveis as que são invisíveis. É visível até pros nossos olhos. Quando se torna invisível até para a arquitetura é porque é um problema muito sério.

O conceito de “direito à cidade” parece-nos potente para o fomento deste debate sobre o bairro Floresta. Esta ideia emerge em meio às manifestações de maio de 1968, cunhado pelo filósofo Henri Lefebvre (1968), ao criticar o processo de urbanização desenfreada, o qual se iniciou com a Revolução Industrial e transformou as cidades em mercadorias. Essas alterações nas dinâmicas socioespaciais das cidades foram marcadas por disputas econômicas, sobretudo pelo mercado imobiliário, as quais diminuíram as possibilidades de troca e bem-estar entre os cidadãos e a cidade. Esta crítica faz jus à conjuntura atual, ganhando contornos

muito próximos àquele período, na medida em que as transformações urbanas nas cidades brasileiras se consolidaram através de pressões mercantilizadoras, que articulam experiências de urbanismo neoliberal com a adoção das cidades e de megaprojetos de reestruturação e renovação urbanas, com a criação de polos de entretenimento e turismo e com a promoção de grandes espetáculos culturais e esportivos que acabam por beneficiar somente uma pequena parcela da população.

As entrevistas procuraram investigar a relação dos atores sociais com o poder público, principalmente em relação à participação nas transformações sociourbanas em curso na região e no bairro. O E9 diz que teve mais conhecimento sobre projetos de transformações na região há alguns anos, contudo, o coletivo atualmente não tem envolvimento com estes projetos e também não tem conhecimento sobre o andamento. Entretanto, relata que percebe que, mesmo que o coletivo tenha uma potência importante para a região, não lhe parece haver intenção de incluí-lo dentro dos processos de participação destes projetos. Além disso, E9 recorda processos de maior participação popular ocorridos na cidade, como o Orçamento Participativo, e afirma que atualmente a participação da comunidade dentro dos projetos em curso para o 4º distrito parece não ocorrer da mesma maneira:

Então, é preocupante a minha perspectiva em relação a isso. Se a gente tivesse num outro tipo de dinâmica, de participação, né? aberta, também, porque, sim, a gente não sabe quando acontece essas reuniões. Eu só consigo saber quando eu vejo no jornal, enfim, não passa... pelo menos nunca vi, o (nome de ator) nunca me falou, porque se tivesse ele tinha me falado. Um panfleto ali, como uma acontecia, né? No orçamento participativo, que passava um carro de manhã, "vai ter reunião do 4º Distrito". A gente tentaria colocar mais a nossa participação nesse projeto. Então, a minha impressão é preocupante, né? A gente quer ficar ali, né? Quer demarcar esse lugar.

O E10 diz "a gente não está envolvido em nenhum projeto que preveja uma mudança assim mais estrutural, política ou física". Além disso, afirma não ter nenhuma relação com os projetos em curso para o território e diz conhecer disso apenas o que foi publicizado:

Eu consegui entender um pouco e qual é a dinâmica que eles vão usar para chegar nisso, os instrumentos, os lotes grandes que são públicos, os projetos âncoras, essas coisas assim, mas tudo que é público, assim, alguém falou numa palestra ou que disponibilizar em ppt, mais isso, é o conhecimento que eu tenho.

Com relação aos coletivos E11 e E12, estes não mantêm relações próximas ou parcerias com o poder público e informam ter pouco conhecimento sobre transformações sociourbanas que poderiam estar em curso na região, especialmente sobre aquelas coordenadas pelo poder público. Tratando-se especificamente sobre E12, este relata seu conhecimento sobre o andamento dos planos de modificação para o 4º distrito:

Eu sei da história do 4º Distrito, acho que do ano passado, ou do ano anterior, dois anos atrás. Foi aí que, pela primeira vez, eu ouvi falar do 4º Distrito, de algumas coisas que tem que fazer, não só aqui, em outros distritos. Mas me parece que o 4º Distrito era, assim, uma menina dos olhos da liderança, aí, da cidade, ou coisa e tal para fazer alguma coisa, mas depois não ouvi mais nada. Nunca mais eu vi. Vocês são os primeiros que me recordaram da história do 4º Distrito. Nunca mais eu ouvi nada.

Por outro lado, E13 apresenta boas relações com alguns membros do legislativo de Porto Alegre, que conhecem e prestam apoio aos projetos que realizam. Porém, em relação às transformações sociourbanas que poderiam estar em curso na região, diz que não possui relação com agentes que estão à frente destas mudanças.

O E17 relata que a sua organização social possui uma relação de proximidade com representantes das secretarias municipais do trabalho e do meio ambiente, do departamento de limpeza urbana e com a Fundação de Assistência Social e Cidadania em função de sua atividade. O entrevistado fala também da existência de relações com o legislativo municipal:

Eu na câmara de vereadores, quando estava fora da pandemia, a gente tinha muitos projetos ali dentro da câmara, e ali na câmara de vereadores, quase todos eles me apoiam ali dentro [...], por exemplo, com a retirada dos carrinhos, quando foi para aumentar o tempo para a gente trabalhar, porque tem uma lei ali, vocês sabem, até setembro de 2022, depois de setembro de 2022 não mais, então a gente vai levando esse tempo na barriga, a gente vai na câmara e fala com os vereadores e eles vão fazendo, mais dois anos, mais dois anos, até dar uma situação legal para os catadores.

Neste ponto específico, E17 remete à situação da lei municipal nº 10.531 de 2008,¹ que implicou no estabelecimento de um prazo de oito anos para o fim da circulação de carrinheiros que trabalham com a catação de materiais recicláveis. Em 2020, a câmara de vereadores aprovou o projeto de lei nº 022/20, que ampliou este prazo para o ano de 2022 (Brasil de Fato, 2020).² A relação específica com a prefeitura é retrata por E17, a partir desta conflituosidade relacionada à lei nº 10.531/2008:

A prefeitura ela quer nos tirar da rua com muito gosto, a prefeitura ela está colocando a corda no pescoço dos catadores, eles estão fazendo assim, nem sei te dizer, eles estão matando devagarzinho, começaram agora com os caminhões a multar, as kombis, tem condomínios que nos cedem o material e ameaçam de multar o condomínio se ceder para os carrinheiros, em outras

¹ A lei institui o Programa de Redução Gradativa do Número de Veículos de Tração Animal e Tração Humana. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nph-brs?s1=000030011.DOCN.&l=20&u=%2Fnetahtml%2Fsirel%2Fsimples.html&p=1&r=1&f=G&d=atos&SECT1=TEXT> [acessado pela última vez em abril de 2022].

² Disponível em: <https://www.brasildefatores.com.br/2020/09/09/camara-aprova-lei-que-adia-para-2022-a-proibicao-de-carrinheiros-em-porto-alegre> [acessado pela última vez em abril de 2022].

idades eles apoiam o catador, em POA, só aqui na vila dos papeleiros são toneladas e toneladas de material de reciclável que vem por dia, é caminhão entrando e saindo por dia, tu acha que a prefeitura teria condições de fazer este trabalho? e a gente faz um trabalho formiguinha, vem o carrinho, vem outro carrinho e entra toneladas de material.

Esta situação tem um impacto importante na vida dos moradores do loteamento situado no bairro Floresta, na medida em que grande parte tem seu sustento no trabalho com catação e triagem de materiais recicláveis na região, tendo o carrinho como principal ferramenta.

Já a organização social, da qual o E16 faz parte, possui relações de proximidade com a política institucional, a qual resulta de uma construção histórica. As relações se estabelecem tanto a nível municipal, como a nível estadual e federal e estão relacionadas com a especificidade da entidade e suas representações/convênios com os governos.

Então, nós não temos por que não fazer essa relação, ao contrário, temos que fazer essa relação. E eu particularmente eu acredito numa coisa, se a gente não se calar, dizendo, falando, tá? A gente também vai ter outros que vão fazer e talvez vão ser, justamente, aqueles que vão fazer contra a gente, né? Então, a nossa função é essa também, de pelo menos simbolicamente estar aí presente dizendo: “olha, o pessoal que, que é mais excluído, precisa ser escutado, ser cuidado mais por vocês”. É isso.

Buscamos, neste ponto, através de nossos entrevistados, mostrar o grau de proximidade dos coletivos, movimentos e organizações sociais com agentes externos e a possibilidade de formação de redes na relação com o bairro. Passamos agora a descrever as perspectivas de futuro a partir do olhar dos atores sociais entrevistados.

5.4 PERSPECTIVAS DE FUTURO DO BAIRRO FLORESTA

Numa perspectiva de cidades globais (Sassen, 2000), a existência de uma rede de investimentos articulados a grandes empresas, provocando a expansão do mercado imobiliário, traz como consequência um modelo de cidade “exportado”, e, muitas vezes, de realidades sociais e culturais distintas do grupo que ali habita, perde-se a identidade e construção simbólica entre os moradores e seus bairros. Como relatou o E14: “viver bem não é só ter uma moradia, mas é também construir laços com a comunidade que está ao redor”. Neste sentido, se sobressai,

nas entrevistas, uma perspectiva de cidade democrática em que os cidadãos e as estruturas do bairro atuam de maneira integrada, possibilitando que todos e todas possam permanecer, conviver, trabalhar e morar na região que escolheram: o bairro Floresta.

Ainda dentro dessa perspectiva, David Harvey (2009) ressalta que o direito à cidade é um conceito chave que se coloca como contraponto ao processo urbano atual na sociedade de democracia liberal. O autor também traz a questão do direito dos cidadãos se manifestarem sobre a cidade na qual desejam viver, isto é, o direito de decidirem sobre qual tipo de cidade querem, à frente da possibilidade do direito de, apenas, serem consumidores. Assim, para aqueles que não tem uma vida estruturada a partir de privilégios socioeconômicos, é necessário o estabelecimento de redes entre os mesmos, que possibilitem a construção de ações capazes de tensionar as pressões sofridas e para que não deixem os bairros centrais –cujo acesso a bens e serviços é facilitado – e sejam deslocados para zonas periféricas das cidades. De acordo com E14, falar em moradia popular no centro já representa, atualmente, uma grande conquista.

Mas, mesmo com suas especificidades, novamente aparece a centralidade da construção de uma vida sustentável no território, conectando moradia, sustento, direitos e qualidade de vida para os grupos populares e em situação de maior vulnerabilidade social que vivem no bairro. Neste quesito, E16 fala da importância da economia solidária:

A economia solidária prevê justamente uma economia que consiga trazer inclusive sistemas que são transversais, né? Não importantes para o mercado, pra baixo da discussão. É importante ter renda, mas é importante ter também todo um atendimento social. Impressionaria... Eu não tô falando da coisa de graça, falando poder, pelo menos, ter a chance de conseguir isso. E acessar teus direitos.

No que diz respeito, particularmente, à moradia, esta é uma das pautas centrais na agenda urbana brasileira: cerca de 33 milhões de brasileiros não têm onde morar, segundo relatório do Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos de 2010 (Augusto, 2018). Dados recentes do IBGE atualizam e reafirmam a problemática: o país tem, pelo menos, 6,9 milhões de famílias sem casa, todavia existem 6,05 milhões de imóveis desocupados há décadas (Odila *et al.*, 2018). Essa contradição evidencia que o problema da moradia e do déficit habitacional é uma questão social e política central no país. Problemática que resulta da falta de mais investimentos em políticas urbanas e rurais, e que traz à tona o debate sobre a reforma agrária, a financeirização do setor imobiliário e a falta de destinação de prédios públicos para fins sociais.

Desse modo, as ocupações urbanas nos bairros centrais das cidades tornam-se um meio de reivindicação e de alerta sobre o déficit urbano, colocando em evidência a exclusão e as desigualdades promovidas pelo sistema neoliberal e a necessidade de lutar pelo direito à cidade (Lefebvre, 2001; Harvey, 2014 *apud* Marx; Araujo; Silva, 2018).

Através da frase recorrente, pronunciada pelos movimentos sociais urbanos, “Quando morar é um privilégio, ocupar é um direito”, coloca-se em evidência o direito à cidade. Como apontado por E14, em relação às reintegrações de posse e de realocação de famílias no bairro:

Até surgiu algumas possibilidades, por exemplo de incluir as famílias [...] em projetos na Restinga, mas de fato [...] não estavam lutando pra morar na Restinga, né? Porque não tem vínculo, não conhece, não é essa coisa maluca que eles fazem de sorteio, que ninguém sabe como é que acontece, uma pessoa lá da zona norte e jogam no extremo sul e essa pessoa não consegue sobreviver naquele espaço naquele território. E acaba até voltando para o lugar de origem né. E aí a gente seguiu nessa lógica, assim, a gente veio para essa região, a gente iniciou essa negociação e essa disputa porque a gente justamente acreditava que esse território aqui, o território do 4º distrito, que nem tinha esse nome na época, nem se chamava, não se usava esse nome 4º distrito né, mas essa região da Farrapos, a gente costuma dizer, é a periferia de centro, né?

Embora as adversidades enfrentadas por estes grupos, resultantes da promoção de um modelo de cidade mercadológica e excludente – agravada por um contexto de revitalização urbana que contempla projetos econômicos e sociais que pouco incluem as formas de vida e existência destes sujeitos e grupos no bairro –, todo/as entrevistado/as apontam para o desejo em permanecer no bairro, em função do vínculo afetivo com a região e pelas vantagens em morar numa região central, a partir da expectativa de que estes novos projetos consigam contemplar suas demandas também e, principalmente, pelo desejo de receberem apoio para dar continuidade aos seus próprios projetos.

Ao ser questionado/a sobre qual sua perspectiva de futuro para o bairro, E16 aponta que

O surgimento dessa questão da concretização nesse projeto de revitalização, é.. respeitando os caminheiros, os carroceiros. Talvez vendo eles aí fazendo um trabalho cooperativado de coleta seletivas de todo lixo da região. Penso em todo o bairro, pensando nisso [...]trabalhar aí a partir da simplicidade, do encontro com o que já existe, sem a necessidade de ter que ostentar. Isso aí me dá uma esperança muito grande no que pode vir para o bairro.

Seria importante ressaltar que há um desejo de mudanças e de replanejamento do bairro, e que a maioria das pessoas não se coloca contrária aos processos

de transformação propriamente ditos, desde que eles sejam planejados e efetivados em diálogo com a população e com os moradores das diferentes classes sociais que habitam a região.

O E17 demonstra, em sua fala, entusiasmo e desejo em viver no bairro Floresta, “Olha, eu, eu imagino que ela fique melhor que seja... porque aqui é uma região boa [...] Mas eu quero que ela fique melhor, né. Eu quero que ela fique melhor. Porque é a região que eu moro. É a região. E eu quero morar num lugar melhor”. Também é sublinhado, na fala de E14, que não basta apenas todos os esforços realizados por eles/elas para que os projetos “saiam do papel”, são necessárias forças políticas que possibilitem algumas das mudanças vislumbradas. E14 aponta para a efetivação de um projeto criado pelo próprio movimento do qual faz parte:

daqui cinco anos eu acho que não é muito diferente dessa que a gente tá vivendo, há não ser que a gente consiga daqui a quatro anos botar um governo realmente comprometido que saiba lidar com tudo isso, com todas as limitações da gestão pública e relações políticas, enfim [...] Então enxergo que daqui a cinco anos esse projeto tem que estar pronto. Porque daí a gente já vai estar completando quase vinte anos. Então eu espero mesmo que a gente tenha conseguido daqui a cinco anos fazer essa obra e construir na prática aquilo que a gente vem idealizando e lutando aí durante todo esse tempo e que esse projeto ele possa realmente ter uma referência e que ele demonstre isso.

Em relação aos coletivos entrevistados, podemos ver que estabeleceram vivências e vínculos diferentes entre si com o território, e que alguns grupos tiveram ideias bastante diferentes sobre o futuro do bairro. De modo geral, os entrevistados E11 e E12 compartilhavam uma visão bastante pessimista sobre o futuro Floresta, marcada pelo aumento da violência, do abandono e da degradação:

O campo daquilo que nós não apreciamos está aumentando. E as pessoas estão se fechando. Então, como eu vejo em cinco anos, não só aqui no bairro Floresta, mas toda a parte cêntrica aqui de Porto Alegre: Eu acho, assim, que ela vai ficar mais vazia, mais violenta, mais suja e mais quebrada. Se nós, como sociedade civil, não nos unirmos e criarmos consciência (E11).

O E12 também aponta para o fato de imaginar, no futuro, a existência de fortes mudanças no padrão arquitetônico e urbanístico do bairro:

O que que você acha que vai acontecer com aqueles grandes armazéns? Possivelmente talvez vão ser adquiridos, eu acho que muitos estão com problema na justiça devendo ICMI, ICMS... talvez vão ser construídos grandes blocos de apartamentos, o que não é muito normal aqui, mais na área central. É mais normal lá pra lá pra fora, mais longe, né? Iguatemi, aqueles grandes prédios... do que aqui pertinho de nós aqui.

Entretanto, ambos não encararam o curso das modificações na região como um obstáculo para a sua permanência nela, talvez por não estarem em posição de

vulnerabilidade como outros atores sociais no território. Em contrapartida, E9, E10 e E13 apresentam uma visão mais crítica sobre o futuro em relação à sua permanência no território, ou sobre a permanência de outros atores com os quais tem relações. Um exemplo que demonstra essa preocupação pode ser evidenciado através da fala de um dos coletivos: “A gente não tem força, né? A gente não, não tem força, não tem braço, talvez a gente precisasse se aliar mesmo, parar, sentar, observar, fazer algumas estratégias políticas, né? Porque é só assim que a gente pode estar presente no futuro” (E9).

Essa e outras falas retratam os desdobramentos decorrentes da necessidade que grupos vulnerabilizados possam apresentar pelo direito à cidade (Lefebvre, 2001; Harvey, 2014). Sem estas lutas e articulações, a permanência destes grupos no território pode ser inviabilizada, como demonstram as falas de E13 e E10:

Ah, eu acredito que algumas não vão se adaptar e vão ter que mudar de local, né? Acredito que sim, porque é uma questão... é isso, entendeu? É diferente de tu trabalhar num local que é assim desde que tu conheces, que vai continuar assim, continua, e daqui a pouco vem um povo diferente, com construções diferentes e coisas diferentes, que tu não conhece, então tu vai tentar ir pra outro lugar mais na tua realidade, entendeu? [...] (E13).

Ele pode ser até charmoso do ponto de vista urbano, ele vai ter um outro público, outras pessoas, uma coisa bem higienista [...]. Eu vou sentir culpa por caminhar ali, porque eu vou dizer ‘que legal tomar um café nesta cafe-teira’, e vou lembrar que as pessoas foram expulsas dali (E10).

O E10 comenta as mudanças de caráter arquitetônico que podem acontecer no 4º distrito, junto da modificação do público que frequenta o bairro:

Eu vi umas imagens de um projeto... de um projeto do 4D ali, mas o projeto, acho que era da prefeitura, e tinham umas imagens muito assim futuristas e eu fiquei com... ‘ai que medo’, e eu fiquei com aquilo na mente, assim, na real, o que eu vejo, assim: eu vejo um bairro, até charmoso, né, bem charmoso, mas um bairro que não vai... que vai ter uma população completamente diferente.

Uma reflexão importante apontada por E13 revela o avanço do capital imobiliário na região e ao planejamento estratégico ligado à ideia da iniciativa privada, transformando a cidade em mercadoria (Arantes; Vainer; Maricato, 2002):

Eu acho que viram ali uma questão boa de grana, porque também fica perto da região ali da... perto daquelas pizzarias, que tem ali em cima, acho que aquela região ali, eu acho que ela... daí, tem a questão das boates que fecharam ali também, né? [...] Então acredito que por questão de construções novas que estão por vir, eu acredito que sim, que é uma região a ser explorada ali pelo que eu já vi, entendi ali, sabe? Pelo que eu escutei também.

Por fim, o E10 relata a percepção de que algumas mudanças gradativas na região irão acontecer e que estão associadas ao que descrevemos anteriormente sobre a possível gentrificação do bairro e da região:

Aquele cafezinho que é charmosinho mas não é mais o cafezinho de dois reais e isso está acontecendo ali, e isso vai direcionando um público e isso tu vai percebendo e tu vê que sim, tem uma transformação acontecendo ali, e tu tá andando ali na calçada e tu vê um lugar em que antes tinha um prédio meio abandonado e ele tá com um grafite maneiro, assim, opa, pintaram? não, se instalou um troço ali, é uma cervejaria, sei lá, uma loja de móveis antigos e isso vai ditando o público, [...] tu começa a mudar o perfil do público e tu começa a ver os carrões chegando onde não tinha, e isso se percebe tranquilamente, assim, muito, mas ela é sutil...

A partir das perspectivas de futuro dos entrevistados, percebe-se que há uma preocupação com sua permanência no território, já que as possíveis melhorias previstas para região podem não contemplá-los. Por outro lado, vemos também o alerta de alguns de nossos entrevistados sobre o risco de uma possível gentrificação com mudanças da paisagem urbana, atravessada por novos modelos arquitetônicos e edificações que correspondam aos anseios do capital imobiliário, transformando o bairro e a região em um lugar de lazer para os de fora e de um certo estranhamento e um aumento do custo de vida para aqueles que vivem no bairro.

5.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir, destacamos que os relatos dos atores sociais deste eixo de pesquisa podem ser pensados como um contraponto à tendência de financeirização e gentrificação que caracteriza o atual processo de reestruturação urbana e econômica no Floresta. Ao longo da pesquisa, identificamos que os projetos de revitalização para o bairro, propostos pelo governo municipal em parceria com agentes privados e agências internacionais, poderiam promover uma exclusão destes grupos e sujeitos, evidenciando a dimensão da desigualdade e da segregação socioespacial e urbana. Através do olhar destes atores e atrizes “invisibilizados”, observamos a existências de distintos projetos criados por eles, associados à luta pelo direito à cidade. Estes projetos, que estão pouco presentes nos planos institucionais, são atravessados pela reivindicação do direito à moradia e pelo fomento às diferentes possibilidades de geração de renda – pautada numa economia solidária – e em modos de vida mais sustentáveis. Neste sentido, conectam-se com a construção de alternativas para a população mais empobrecida e vulnerável, que é parte do cotidiano e da his-

tória do bairro Floresta. Contudo, percebe-se que a existência e importância destes atores sociais no bairro não está pautada, apenas, em processos de resistência, mas, principalmente, através de ações propositivas, a partir de projetos que confluem no sentido de conectar moradia social e a possibilidade de geração de renda de maneira inclusiva e sustentável, como é sublinhado por E14:

Então toda estrutura é pensada nessa perspectiva assim, ter os espaços, o trabalho, né? Para as pessoas poder ter a renda dentro desse próprio espaço, poder comercializar, aproveitar o potencial que o centro tem, a própria questão das placas solares, a gente vai ter, as placas fotovoltaicas de energia solar, né? A mais comum dos projetos populares é aquela de aquecimento da água do chuveiro, né? Aqui a gente fez a opção placas para produzir energia mesmo né, até porque a gente tem projeto muito bonito assim de abrir o nosso Pátio, tornar ele num pátio público então aberto a comunidade do 4º Distrito, né, moradores, construir uma relação de vizinhança a partir dessa estrutura e prever toda uma questão aí de projeto luminotécnico, se a ideia é poder aproveitar né essa luz da energia produzida, custos de luz do corredor, vai ter elevador com uma proposta também de acessibilidade universal, então a gente terá cisterna para reduzir a uso de água né. Então, para que a gente vai lavar a mão com água potável que você pode utilizar água da chuva ou molhar plantas? Então tem uma perspectiva de sustentabilidade, que ela é ambiental, mas ela também é econômica, né?

O que se observa nos relatos, trajetórias, percepções e atuação destes grupos é o seu envolvimento com a região, através de estratégias de resistência que se associam a uma perspectiva de democratização do urbano, expressando, assim, outras maneiras de viver e se relacionar no/com o território, pautada numa lógica de cidade mais humanizada, como aponta E15: “Estamos sempre criando um sonho, somos uma fábrica de sonho para que as pessoas possam voltar a acreditar.”

Finalizamos este capítulo, que buscou dar espaço e voz para aqueles e aquelas que correm o risco de não serem escutados no processo em curso de revitalização do 4º Distrito e do bairro Floresta. Consideramos que alguns deles têm um vínculo histórico com o bairro e que consideram importantes as melhorias que sejam feitas, mas que estes atores sociais mais vulneráveis sejam incluídos nos processos decisórios nos projetos que estão sendo pensados na cidade. Ressaltamos a importância de redução do déficit habitacional e a importância da construção de moradia, através de transformações que prevejam Habitação de Interesse Social e criação de espaços públicos que sejam acessados de forma democrática por todos/as que vivem no bairro, na região e na cidade.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2002.

AUGUSTO, O. 33 milhões de brasileiros não têm onde morar, aponta levantamento da ONU. *Correio Braziliense*, maio 2018. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/05/03/interna-brasil,678056/deficit-de-moradias-no-brasil-chega-a-6-3-milhoes-sp-tem-a-maior-defa.shtml>. Acesso em: mar. 2022.

DEMAJOROVIC, Jacques; LIMA, Márcia. *Cadeia de reciclagem: um olhar para os catadores*. São Paulo: Senac; Sesc, 2013.

FERNANDES, Ana Clara. *Cemitérios industriais: contribuição para a análise espacial da metrópole de Porto Alegre/RS Brasil*. 2014. 207 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Geociências, UFRGS, Porto Alegre, 2014.

GLASS, R. *London: aspects of change*. Londres, Centre for Urban Studies/MacGibbon e Kee, 1964.

GONÇALVES, Sérgio Antônio. A política nacional de resíduos sólidos: alguns apontamentos sobre a Lei nº 12.305/2010. In: SANTOS, Maria Cecília L. dos; DIAS, Sylmara Lopes F. Gonçalves (org.). *Resíduos Sólidos Urbanos e seus impactos socioambientais*. São Paulo: IEE-USP, 2012.

HARVEY, D.; ALFREDO, A.; SCHOR, T.; BOECHAT, C. A. A liberdade da cidade. *GEOUSP Espaço e Tempo* (on-line), [S. l.], v. 13, n. 2, p. 09-18, 2009.

HARVEY, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LEFEBVRE, Henri. *Le droit à la ville*. Paris: Anthropos, 1968.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

MARX, Vanessa; ARAUJO, Gabrielle; SILVA, Luiz Henrique Apollo. A Financeirização no 4º Distrito: gentrificação e parcerias público-privadas no bairro Floresta. *Anais [...]*. Congresso Observatório das Metrôpoles 20 anos, 2018, Rio de Janeiro. *As Metrôpoles e o Direito à Cidade: dilemas, desafios e esperanças*, 2018.

MARX, Vanessa; ARAUJO, Gabrielle; SILVA, Luiz Henrique Apollo. 4º distrito e o bairro Floresta: avanço do empreendedorismo urbano ante as dinâmicas locais do território. In: BÓGUS, Lucia; GUIMARÃES, Iracema Brandão; PESSOA, Zoraide Souza (org.). *Cidades brasileiras: temas e questões para debate*. 1ed. São Paulo: Educ, 2020.

ODILA, F.; PASSARINHO, N.; BARRUCHO, L. Brasil tem 6,9 milhões de Famílias sem casa e 6 milhões de imóveis vazios, diz urbanista. *BBC Brasil*, 2018. Disponível em: <https://q/www.bbc.com/portuguese/brasil-44028774>. Acesso em: mar. 2022.

SASSEN, Saskia. *Cities in a world economy*. Thousand Oaks: Pine Forge Press, 2000.

SMITH, N. Gentrification and the rent gap. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 77, n. 3, 1987, p. 462-465.

SMITH, N. New globalism, new urbanism: gentrification as global urban strategy. *Antipode*, New York, v. 34, n. 3, p. 427-450, 2002. Disponível em: <http://www.overgaardtonnesen.dk/TEKSTERNE/05-Smith-New-Globalism-New-Urbanism-Gentrification.pdf>. Acesso em: nov. 2017.

WEBER, Jéssica Rebeca. Isenção de solo criado e prédio de até 300 metros: entenda o plano diretor do 4º Distrito. *Zero Hora*, Porto Alegre, 01 abr. 2022. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2022/04/isencao-de-solo-criado-e-predio-de-ate-300-metros-entenda-o-plano-diretor-do-4o-distrito-cl1gzywul00e-j01657hj13yx2.html>. Acesso em: 11 Abril 2022.